

Paralisação no BB é nesta quarta (10)



Fotos: Nando Neves

Adriana Nalesso numa atividade no Sedan em fevereiro de 2020 (antes da pandemia). O Sindicato vai intensificar a luta contra o projeto de privatização dos bancos públicos pelo Governo Bolsonaro

Em assembleia virtual pelo Vota Bem, na última sexta-feira (5/2), os funcionários do Banco do Brasil entraram em estado de greve e aprovaram uma paralisação nacional de 24 horas, nesta quarta-feira (10/2), Dia Nacional de Luta e Luto. Durante a paralisação todos devem vestir uma peça de roupa preta, que já se transformou na marca registrada da mobilização contra o processo de privatização do BB, que se iniciou com a reestruturação. Neste dia proteste pelas hashtags #MeuBBvalemais, #BBLutoeLuta e #BBSemCaixasNão.

Tanto o estado de greve quanto a paralisação foram propostos pela Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB), como forma de barrar o desmonte e abrir negociação com a direção do banco em relação aos impactos da redução da remuneração, em até 70%, e

outros gerados pela extinção da função de caixa executivo, fechamento de agências, postos de atendimento e escritórios de negócios. A negociação é importante também para que sejam conhecidos detalhes do plano de redução da estrutura do banco que continuam fechados a sete chaves.

O estado de greve é um alerta para que a direção do banco e o governo abram negociação para que se evite a deflagração da greve. Para Rita Mota, diretora do Sindicato e membro da CEBB, é necessário entender que o processo de privatização do banco já começou, não apenas com o plano de enxugamento dos custos da folha de pagamentos e da estrutura do Banco do Brasil, para tornar mais atrativa a sua venda, como da campanha sordida feita por setores da mídia empresarial,

para 'queimar' os funcionários do banco, tentando cravar sobre eles a pecha de 'marajás'.

"A campanha é a mesma, já foi usada por Fernando Henrique Cardoso e tem que ser combatida por todos. E a forma de responder a este ataque covarde e imoral é através de uma mobilização coletiva nacional, que expresse a nossa indignação, sabendo que tudo isto está acontecendo porque trata-se de tentar desmoralizar o BB para justificar a sua privatização que já está em curso", avaliou.

Como o banco continua se recusando a negociar, a Contraf-CUT acionou o Ministério Público do Trabalho (MPT) que convocou o BB para uma reunião no último dia 3. Nela, se comprometeu a submeter os esclarecimentos exigidos pela entidade 'à instância superior' e trazer as respostas nesta segunda-feira (8/2).

Sindicatos pressionam e Bradesco antecipa PLR para sexta-feira (12)

Valeu a pena a pressão dos sindicatos e da COE (Comissão de Organização dos Empregados) sobre o Bradesco. A direção do banco atendeu à solicitação do movimento sindical e confirmou a antecipação da segunda parcela da PRL (Participação nos Lucros e Resultados) para esta sexta-feira, dia 12 de fevereiro. O prazo para o pagamento é até março, mas como aconteceu em anos anteriores, os sindicatos conseguiram antecipar o pagamento da verba.



"Numa crise econômica como a que vivemos agora, esta antecipação vem em boa hora. A PLR é fruto da mobilização da categoria e nada mais é do que um direito dos bancários que são quem produzem os lucros dos bancos", disse o diretor do Sindicato, Leuver Ludolf, que também é membro da COE.

Confira em nosso site: COE do Bradesco cobra reunião sobre o anúncio do fechamento de mais agências em 2021.

Edital de Assembléia Extraordinária Específica Banco Santander

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º andares Centro, Rio de Janeiro, por sua Presidenta abaixo assinada, nos termos de seu Estatuto, CONVOCA todos os empregados do BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, sócios ou não sócios, que atuem na base territorial deste sindicato, para se reunirem em Assembléia Extraordinária Específica que se realizará de forma remota/virtual durante o período das 09h horas às 20h do dia 09 de fevereiro de 2021, na forma disposta no site www.bancariosrio.org.br (página oficial do Sindicato na Internet), onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para deliberação acerca da seguinte pauta: Discussão e deliberação sobre a proposta para celebração de Acordo Coletivo de Trabalho aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho sobre Compensação de Jornada em Regime Especial (assinado em 04.08.2020) com vigência compreendida no período de 01 de janeiro 2021 a 31 de agosto de 2022, a ser celebrado com o Banco Santander (Brasil) S/A.

Rio, 08 de fevereiro de 2021

Adriana da Silva Nalesso
Presidenta

Aviso de Greve do Banco do Brasil

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.094.269/0001-33, por sua Presidenta, para cumprimento das exigências contidas na Lei nº 7.783/89, avisa aos usuários dos serviços e a população em geral, que os empregados pertencentes à categoria bancária que prestam serviços ao Banco do Brasil S/A, em assembléia realizada no dia 05 de fevereiro de 2021, deliberaram pela paralisação por prazo determinado a partir da 00h00m até as 23h59m do dia 10 de fevereiro de 2021.

Adriana da Silva Nalesso
Presidenta

Itaú: a proposta de acordo sobre teletrabalho

A proposta de acordo coletivo apresentada pelo Banco Itaú contempla duas inovações incluídas na CLT, pela reforma trabalhista de novembro de 2017.

A primeira é o teletrabalho. Essa modalidade de prestação de serviço foi ganhando força nos últimos anos, tendo sido regulada pelo art. 75-B da CLT.

Não há dúvidas que a regulação do teletrabalho era essencial. Contudo, a pandemia mostrou que os preceitos inseridos na CLT são insuficientes.

Não há na CLT, na parte relativa ao teletrabalho, a regulação do pagamento das novas despesas impostas ao empregado (luz, internet, mobiliário, etc.); o cuidado com a saúde do trabalhador que prestará serviços à distância; o limitador de jornada e o direito à desconexão, dentre outras questões.

A proposta apresentada pelo Banco Itaú regula em parte as atividades desempenhadas em teletrabalho.

Seria, essa proposta, um pequeno avanço na regulação das atividades, caso não tivesse o Banco, incluído a questão do registro do ponto e o termo de quitação das horas extras.

O teletrabalho no período da pandemia evidenciou que o direito



a desconexão e o respeito aos limites da jornada contratual não são respeitados pelos gestores ou superiores hierárquicos.

Normalmente, em teletrabalho, os trabalhadores recebem mensagens para o cumprimento de tarefas das 8:00 até as 23:00. A extrapolação da jornada contratual virou uma rotina.

A proposta do Banco regula o ponto no momento em que o empregado está conectado aos sistemas da instituição. Contudo, de forma habitual, o bancário é convocado para o desempenho de outras atividades fora da jornada contratual.

Pela proposta, o bancário deverá registrar essas extrapolações em folha específica e receberá as horas extras, caso fique comprovado o desempenho das atividades e conceder-

rá ao Banco, quitação semestral pelas horas extraordinárias prestadas.

Sabemos que o assédio é constante. Quantos bancários poderão registrar as Horas Extras nos registros? Quantos conseguirão comprovar para o Banco que, de fato, prestaram serviços após a jornada contratual?

Um bancário com um salário médio de R\$ 3.000,00 que extrapola a jornada de trabalho em uma hora por dia, deve receber por mês, aproximadamente, R\$ 750,00 pelas horas extras. Todavia, com a proposta apresentada pelo Banco e o assédio existente, esse valor dificilmente será recebido, posto que o bancário não lançará essas horas no ponto extra.

O mais grave é que o bancário NÃO PODERÁ cobrar em uma futura ação trabalhista essas horas extras, visto que semestralmente, por força do “termo de quitação” previsto no acordo coletivo as horas extras estarão “zeradas”.

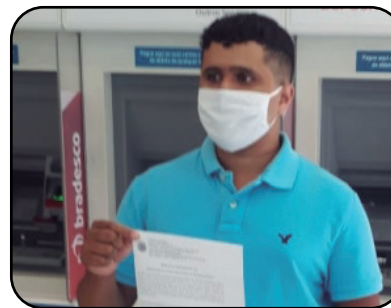
A finalidade de um acordo coletivo é regular situações específicas de trabalho, cabendo aos trabalhadores e a empresa uma avaliação do conjunto de propostas

Márcio Lopes Cordero.

JURÍDICO EM AÇÃO

Sindicato conquista mais uma reintegração no Bradesco

O Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro conseguiu uma nova vitória na Justiça, garantindo mais uma reintegração no Bradesco. O banco tem demitido em massa. O beneficiado foi o funcionário Diego Ribeiro de Araújo dos Santos. Em decisão monocrática, a desembargadora Gisselle Bondim Lopes Ribeiro, atendeu liminar em um mandado de segurança dos advogados da entidade sindical, garantindo a reintegração de Diego. A magistrada lembra que o banco “assumiu espontaneamente o compromisso público de que não promoveria dispensas no período da pandemia da Covid-19”, mas o Bradesco não cumpriu este acordo. A decisão destaca ainda que “apesar de a empresa ter se comprometido a não demitir, inicialmente, pelo pra-



VALE A PENA SER SINDICALIZADO - Diego Ribeiro de Araújo ficou feliz com a sua reintegração garantida pelo Sindicato na Justiça do Trabalho

zo de 60 dias porque não era possível prever a duração da crise sanitária, que ainda não terminou”. A

desembargadora chamou a atenção também para os riscos da segunda onda da pandemia e do caos da falta de leitos no Rio de Janeiro e no país, devendo o Bradesco, desta forma, manter o compromisso de preservação dos empregos.

“A Justiça do Trabalho tem sido sensível a este momento delicado para um trabalhador que perde seu emprego em plena crise sanitária e econômica o que torna ainda mais difícil o reingresso no mercado de trabalho. E todo mundo sabe que o setor financeiro continua sendo o mais lucrativo do país, não havendo nenhuma justificativa para dispensar funcionários. Continuaremos trabalhando para garantir o emprego da categoria”, disse a diretora do Departamento Jurídico do Sindicato, Cleyde Magno.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) – **Editor Interino:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ – **Diagramador:** Marco Scalzo – **Fotos:** Nando Neves -

Ilustração: Mariano - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 0

Nem a pandemia freia os lucros e a ânsia para demitir trabalhador no Itaú

Maior banco privado do país faturou R\$ 18,91 bilhões em 2020. Se levado em consideração a Provisão de Devedores Duvidosos (PDDs) lucro é ainda maior

A crise sanitária e econômica neste período de pandemia do novo coronavírus derrubou os lucros de indústrias e estabelecimentos comerciais. Mas não os bancos. O Itaú obteve um lucro líquido de R\$ 18,91 bilhões em 2020. Apesar de o resultado oficial mostrar ganhos inferiores em relação a 2019 (R\$ 26,58 bilhões, queda de 28,87%), o faturamento é ainda maior do que o de qualquer outro setor da economia. Se levado em consideração a estratégia do sistema financeiro de transferir mais dinheiro para a Provisão de Devedores Duvidosos (PDDs) do que para o lucro líquido anunciado oficialmente, os ganhos são ainda maiores. O maior ban-



O Sindicato realiza protestos e paralisações contra as demissões nos bancos privados. Os ganhos do setor financeiro mostram que não há motivos para as dispensas

co privado do país elevou em 26,13% as provisões, totalizando R\$30,14 bilhões, número bem maior do que o lucro líquido.

“Os PDDs fazem parte do faturamento dos bancos. Tendo uma onda de calotes futuros, as instituições financeiras transferiram a maior

parte dos ganhos para estas provisões. Fica a impressão de que os banqueiros ficaram acanhados de divulgar o crescimento de seus faturamentos, mesmo diante de uma crise agravada pela pandemia, até porque o Índice de Inadimplência superior a 90 dias, no país, caiu 0,7 ficando em 2,3%, o que não justifica tanto dinheiro transferido para as PDDs”, critica a diretora do Sindicato Vera Luiza Xavier. A sindicalista criticou também as demissões em massa no banco.

“Os números mostram que nada justifica tantas demissões no Itaú, a não ser a ganância e a desumanidade dos banqueiros”, acrescenta.

EXPLORAÇÃO À ESPANHOLA

Santander fatura 7,3% a mais em 2020 se considerado ganhos transferidos para a PDD

Grupo espanhol transfere maior parte dos ganhos para a provisão de devedores o que levaria resultado a saltar de R\$ 13,9 bi para a R\$15,609 bi

O Santander divulgou um lucro de R\$13,849 bilhões em 2020. O resultado já é extraordinário ante um contexto de grave crise econômica. No entanto, como as demais instituições financeiras privadas, o grupo espanhol, na verdade, faturou mais, pois utilizou da estratégia comum de transferir a maior parte de seus ganhos para a chamada Provisão de Devedores Duvidosos (PDDs), uma garantia temendo futuros calotes em função da recessão econômica. Desconsiderando o efeito da provisão extraordinária (PDD), o lucro seria ainda maior, alcançando os R\$ 15,609 bilhões, alta de 7,3% em doze meses.



O diretor do Sindicato Marcos Vicente durante paralisação no Santander contra as demissões nos bancos privados

ram com vergonha de divulgar que seus ganhos foram ainda maiores do que em 2019 e transferiram a maior parte do que faturaram para os PDDs, dando a impressão de que tiveram lucros menores em 2020. Além de viver, nem perto, a crise econômica que derrubou o setor produtivo e gerou milhões de desempregados, o Santander fechou agências físicas e demitiu em massa. E mesmo faturando bilhões todo o ano, o sistema

financeiro ainda recebeu R\$1,2 trilhão do Governo Bolsonaro. Em troca demitem milhares de bancários”, critica o diretor do Sindicato dos Bancários do Rio e membro da COE (Comissão de Organização dos Empregados), Marcos Vicente.

A holding encerrou o ano com 44.599 empregados, 3.220 postos de trabalho a menos em doze meses, sendo 2.593 entre março e dezembro de 2020, mesmo após o Santander ter assumido o

compromisso de não demitir durante a pandemia.

“É com o suor dos bancários brasileiros que o Santander consegue a maior parte dos seus lucros mas em troca, em vez de valorizar os funcionários, o banco demite em massa, assedia e despreza”, acrescenta Vicente.

Mas não são somente os bancários que pagam com a redução de mão-de-obra e de agências físicas nos bancos. Clientes e usuários sofrem com mais filas e demora no atendimento, sobrecarregando ainda mais quem continua a trabalhar nas agências. Em um ano, o Santander fechou 175 agências, 106 delas entre abril e dezembro de 2020.

Os sindicatos denunciam ainda o adoecimento dos bancários em função do aumento da cobrança por metas, inclusive com prática de assédio moral.

DEMISSÕES EM MASSA

“Acho que neste contexto de crise e falências agravadas pela pandemia, os bancos fica-

CEE/Caixa debate privatização e cobrança desumana de metas

Aumento da pressão e do assédio moral nos locais de trabalho também preocupa os empregados

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa Econômica Federal (CEE/Caixa) se reuniu para debater as principais demandas dos bancários. Rita Serrano, representante eleita pelos empregados para o Conselho de Administração da Caixa, participou do encontro e alertou que o projeto de criar outra instituição financeira, que nasceria como subsidiária da Caixa e para onde seriam transferidas as principais operações do banco, o chamado “Banco Digital”, faz parte da agenda de privatização do Governo Bolsonaro que pretende “passar a boiada” vendendo o patrimônio público brasileiro, da qual as operações dos bancos públicos fazem parte.

“Somos a favor dos avanços tecnológicos de ampliação da plataforma digital, mas nos opomos à manobra de criação de outro banco, que nasceria com o objetivo de incorporar ativos e dados da Caixa, para em seguida ser entregue ao capital privado”, explicou a Conselheira eleita.

O diretor do Sindicato e membro da CEE, Rogério Campanate, destacou a importância da presença de Rita, eleita pelos empregados, para o Conselho de Administração na defesa da Caixa enquanto instituição pública e dos interesses da sociedade e dos empregados. A possibilidade de ter um Conselheiro eleito pelos empregados no Conselho de Administração da empresa é fruto de muita luta e articulação.

“É sempre bom lembrar a importância de um banco público para o país e para o povo brasileiro que durante esta pandemia, viabilizou o pagamento do auxílio emergencial e dos programas sociais. Se dependêssemos dos bancos privados a população estaria à deriva porque os banqueiros só se importam com os lucros. Por isso é preciso entender que a luta contra a privatização é de todos os brasileiros. E nesta hora vemos também como é importante ter uma representante dos trabalhadores no CA da Caixa”, disse Campanate.

ASSÉDIO MORAL

Outro problema abordado na reunião foi a elevação da pressão



Rogério Campanate, membro da CEE em visita a agência da Caixa. A categoria luta contra a privatização do banco

Bancária do Banerj: processo de privatização do BB já começou



Vera Luíza Xavier, diretora do Sindicato, faz analogia entre privatização do Banerj e do BB

Causou enorme emoção aos participantes da plenária do Banco do Brasil, na noite da última quinta-feira (4/2), o depoimento de Vera Luíza Xavier, diretora da Secretaria de Imprensa do Sindicato e ex-bancária do Banerj. A dirigente traçou um paralelo entre o processo de privatização dos dois bancos e frisou que a do BB já começou com a atual reestruturação.

“Olhando hoje o que está acontecendo com o Banco do Brasil, passa um filme na minha cabeça porque é a mesma coisa que aconteceu com o Banerj. O BB está sendo minado por dentro. Começou o processo de privatização. Algumas pessoas tem noção do que está acontecendo e reagem. Mas outros têm medo de fazer alguma coisa. Foi isso o que aconteceu com o Banerj” lembrou.

Contou que, no banco do estado, algumas pessoas “tinham medo, ou achavam que a privatização não ia acontecer, ou que,

ficando caladinhos, quietos, não ia acontecer nada. E privatizaram o banco. Foi doado para o Itaú. Depois, fizeram PDV e todos, todos foram demitidos”, lembrou.

Para a dirigente, é hora de levantar a cabeça contra todo o tipo de canalhice que estão fazendo com os funcionários, e dizer que não aceitam a imposição da privatização. “O momento de mostrar a cara é esse. Senão vocês vão perder o bonde da história. Não tem mais o que temer. Vocês já perderam muito e vão perder ainda mais agora. Quem pensa que não reagindo, ficando parado, não vai sofrer nada é ledo engano”, disse.

E acrescentou: “Tenho esperanças de que vocês reagirão para impedir a privatização do BB que já está acontecendo. A reestruturação faz parte da privatização. O que está acontecendo com vocês, aconteceu com o Banerj”, concluiu.

e do assédio moral no banco, que tem levado a um grande adoecimento entre os bancários.

“Empregados de diversas regiões estão reclamando de assédio moral, zaps e reuniões fora de hora. Uma empresa tem que ter o compromisso com a saúde e bem-estar de seus funcionários, mas a direção da Caixa tem agido pior que as instituições privadas na cobrança de metas absurdas e adoecendo os empregados”, disse o sindicalista. Ele lembrou que, em breve, o Sindicato vai divulgar orientações para obtenção de provas contra o assédio moral, mas que os bancários devem denunciar, desde já, estas práticas desumanas ao Sindicato para que sejam tomadas as devidas providências.

HOME OFFICE

Os sindicalistas lembraram ainda na reunião, que o Comando Nacional da categoria está cobrando da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) a manutenção do Home Office e o fortalecimento dos protocolos de prevenção à Covid-19 em razão do agravamento da pandemia.

Foi solicitado ao Comando que seja negociado com a direção da Caixa a volta da abertura das agências no horário normal - 10h ou 11h, conforme a localidade - mantendo o horário de atendimento reduzido em razão da pandemia.

SAÚDE CAIXA

O Saúde Caixa também esteve na pauta do encontro. Conforme determinação do Acordo Coletivo, o GT Saúde Caixa precisa apresentar, até o dia 31 de julho, uma proposta de custeio e gestão para o plano de Saúde. O Grupo de Trabalho sobre o tema se reuniu três vezes e após resolvidas algumas formalidades, apresentará novas informações sobre o assunto para os empregados.

Foi informado também que serão ativados os Fóruns Regionais de Condições de Trabalho, compostos normalmente por SR (Superintendência de Rede), GIPES (Gerência de Filial de Pessoas), GILOG (Gerência de Filial de Logística) e o Sindicato.